

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e três, às 14h e 30min, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do COMITESINOS, no ano de 1993, na sala 231, na UNISINOS, S.Leopoldo/RS. A reunião foi presidida por Cláudio Coelho Marques e Arno Leandro Kayser e secretariada por Viviane Nabinger e Mara Glacénir Lemes de Medeiros e contou com a participação dos conselheiros, conforme ata de presenças, anexa. O Presidente deu início aos trabalhos, apresentou os dois assuntos da ordem do dia: 1) leitura e aprovação das atas nQ 05, da 5ª/93 Reunião Ordinária do Conselho Diretor, e nQ 01, da 1ª/93 Reunião Extraordinária do C. D.; 2) definição de medidas para o saneamento financeiro do Comitê e o estabelecimento da participação das entidades no processo de retomada das atividades. Atendendo ao 1º assunto, o Presidente passou a palavra à Secretária Executiva, que fez a leitura das atas, colocando-as em discussão e aprovação. As atas foram aprovadas sem retificações e assinadas pelo Presidente. Para tratar do 2º assunto, o Prof. Cláudio iniciou dizendo que fora possível observar quando da leitura das atas, sobre a situação do Comitê, e naquele momento, a situação de crise ainda se mantinha sem solução definitiva. Informou que recentemente o Comitê havia recebido recursos do CAPES/MEC, com os quais poderia se dar continuidade ao Programa de Capacitação em Educação Ambiental e frente a isso entendia o Comitê como um órgão viável, e colocou a palavra à disposição dos presentes para manifestarem-se à respeito do 2º assunto. Pedro Greve, representante da METROPLAN, com a palavra disse que diante do silêncio, havia ficado claro na última reunião do Conselho que uma solução se daria na formação de três grupos de conselheiros para realizar o trabalho junto às prefeituras. Percebera que, não havendo manifestação pelos conselheiros - talvez pela condução da reunião ou pela própria indisposição dos mesmos, entendia que deveria haver uma operacionalização da proposta referida na reunião passada e se colocava à disposição da Direção para fazer parte da equipe que contactava com as Prefeituras e Câmaras. Zeno Simon, representante do CRH-RS também colocou-se à disposição para retornar ao trabalho, junto a equipe, depois do período em que esteve afastado por motivo de férias, e sugeriu ao Presidente que fosse informado ao Conselho, o que tinha sido possível atingir em termos de recursos financeiros durante os últimos meses, resultantes da visita aos municípios, num processo iniciado em maio/93. O Presidente informou ao Zeno que na reunião anterior fora apresentado um quadro demonstrativo das contribuições financeiras efetuadas pelos diferentes municípios da bacia. A Secretária Executiva complementou a informação, dizendo que dos 29 municípios da bacia, 13 haviam sido contactados, destes, apenas Estância Velha, São Leopoldo e Portão estavam efetuando depósito; Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul, Taquara, Sapiranga, Dois Irmãos estavam entre os municípios que haviam se comprometido a contribuir, mas o projeto de lei estava ainda no Poder Executivo; já Ivoti, Igrejinha e Nova Santa Rita, Canoas e Esteio, o projeto de lei estava tramitando no Poder Legislativo. Quanto ao Município de Canoas, Adria Daniel (representante da ULBRA) informou que havia participado no dia 21 de outubro, de sessão na Câmara quando o projeto de lei que concedia 50 mil CR\$/mês, por um período de cinco meses, ao Comitê, fora aprovado por unanimidade, e que a demora na aprovação se dera, por ter o Legislativo daquele município considerado o valor proposto inicialmente, de 25 mil CR\$/mês, pelo Executivo, muito pequeno. Quanto a Esteio, a Secretária Executiva informou que o projeto de lei havia sido aprovado pela Câmara Municipal, e a contribuição oferecida era de 4 salários mínimos/mês, por um período de setembro/93 a dezembro/93. O Sr. Cláudio Schnorr, representante da Prefeitura de Campo Bom solicitou a palavra e disse que a publicação de matéria no jornal NH sobre a contribuição financeira pelas prefeituras havia despertado uma discussão sobre a questão da não participação de Campo Bom por parte do Vereador, Osvino Pereira, além de que o quadro demonstrativo não apontava a contribuição daquele município referente ao repasse da 1ª parcela dos recursos previsto no orçamento municipal/93, e sobre a contribuição que a mesma poderia dar a partir do processo em andamento com as outras prefeituras. O Sr. Schnorr disse que essa notícia gerou uma certa cobrança por parte dos vereadores da oposição pela não contribuição e pelo valor solicitado de 01 salário mínimo/mês ser pequeno. Diante desses fatos, o próprio Cláudio Schnorr, comprometera-se com os vereadores em estabelecer contato entre o Comitê e o Vereador Osvino buscando um esclarecimento. A Secretária Executiva encarregou-se de manter contato com a Câmara Municipal de Campo Bom. Milton Menegotto, representando a direção da FEPAM solicitou a palavra, dizendo que vinha acompanhando a difícil situação do Comitê, a qual, se alastrava já por tanto tempo, e preocupado, sugeriu que o Comitê preparasse um documento citando as atividades desenvolvidas, ao mesmo tempo, solicitando apoio às prefeituras e Câmaras, devendo o documento conter a assinatura de todas as direções das entidades membros do Conselho Diretor. O Presidente colocou a sugestão em discussão, e alguns conselheiros consideraram a sugestão apresentada um tanto trabalhosa e de pouco efeito, visto que o Comitê já havia feito contatos pessoais com 13 prefeitos apresentando o relatório de atividades do Comitê, faltando 16 prefeituras para serem contactadas, exigindo um trabalho de "corpo a

corpo", e que talvez o peso desse documento estivesse numa espécie de abaixo-assinado, cujo aval seria dado por Eãnicos do Conselho, e não pela instituição. Eugênio cânepa, representante da CIENTEC, lembrou que o trabalho que a atual equipe vinha fazendo era a forma correta e havia necessidade, que mais pessoas se somassem à equipe, para que a Secretaria Executiva pudesse ter tranquilidade, para dar continuidade aos diferentes programas que já possuíam recursos orçados. Para ele, esta, e a sugestão do Dr. Menegotto teriam sentido da seguinte forma. Cânepa lembrou que muitas entidades membros, exemplificando a dele próprio, não davam contribuição financeira direta, mas que ele participava de várias formas, ou seja, a CIENTEC aportava quantias de horas técnicas, e então, a partir desse argumento, poderíamos informar e conclamar às Prefeituras, a parte que lhes cabia para a participação no Comitê, oferecendo uma contribuição direta e necessária para a manutenção da Secretaria Executiva, que era o órgão de articulação e geração de projetos e programas. Colocou que o papel da imprensa ao nível regional vinha servindo o Comitê com plena cobertura e isso era um bom informativo à comunidade, mas que mesmo assim a crise continuava. Cânepa concluiu dizendo que acreditava no caminho adotado pelo Comitê, e que mais tarde, este teria condições de alcançar diferentes metas visando a melhoria da qualidade de vida da região. Agradecendo as colocações apresentadas, o Presidente disse que o caminho era de longo prazo e os resultados seriam alcançados. O representante da imprensa, Vanildo Fratti, manifestou-se dizendo que o Grupo Sinos vinha procurando fazer um trabalho de divulgação do Comitê, mas considerava que ainda faltavam manifestações mais "pesadas" em cima do trabalho feito pelo Comitê e aproveitou para colocar à disposição do Conselho e aos técnicos, um espaço maior para apresentação de matérias (até aquelas que fossem assinadas, lembrando que outras entidades que tratavam da questão ambiental eram constantes no jornal VS, devido a geração de matérias que eles produziam. Vanildo considerou que a sugestão do envio de cartas às prefeituras reforçaria tremendamente a solicitação de apoio. Mas, fez questão de registrar que 2,200 dólares para a manutenção do COMITESI= NOS diante dos projetos que este coordenava eram insignificantes diante do nível econômico da região. Acreditando que poderia estar falando algo até sem fundamento, fez uma sugestão para se conseguir fundos para o Comitê, através da cobrança de 2,00 cruzeiros reais na conta de água, o que permitiria entrar diretamente na comunidade e seria fácil arrecadar até mais de 2,200 dólares/mês, para a secretaria executiva desempenhar as atividades. Indicou o SEMAE como órgão que poderia ser envolvido na cobrança desse valor mínimo. Vera Lúcia De C6, representante da CORSAN, solicitou a palavra, e manifestou-se sobre o comentário de Cânepa, a respeito da continuidade do trabalho junto às prefeituras dizendo que o Comitê deveria se articular rapidamente já que o final do ano estava chegando e considerava difícil cada entidade fazer carta às prefeituras, até porque demandaria tempo, e se feito pelo Comitê geraria um acréscimo de atividades para a Secretaria Executiva, tendo que articular com as entidades, obter assinaturas, etc. Tal vez o resultado não atingisse o apoio esperado. Vera disse que Considerava haver um consenso que o Comitê tinha trabalhos e programas suficientes para manter ou motivar às Câmaras e Prefeituras para dar uma contribuição sistematizada: e via que dentro da atual limitação, a alternativa era buscar o treinamento de novas pessoas para compor a equipe, visando as próximas visitas. Quanto a proposta de Vanildo, entendia que estaria havendo um mascaramento no tipo de contribuição. Que a mesma deveria surgir das prefeituras, e não seria justo que só um tipo de consumidor fosse atingido por mais um tributo, além do que, operacionalmente seria inviável, e de difícil execução porque o SEMAE era um órgão municipal atingindo apenas São Leopoldo. Cânepa fez duas observações a respeito da sugestão de Vanildo. A 1ª, lembrando que era posição da Comissão Técnica que o Comitê funcionava por projetos e que o suporte da manutenção da Sec.Executiva caberia às prefeituras da bacia, e que qualquer contribuição pelo usuário, se faria para projetos específicos, como exemplo, a proposta de edição do boletim informativo ser patrocinada pelas indústrias da região, e a 2ª) que não teria sentido hoje, cobrar-se do consumidor um valor, por mais insignificante que fosse, pois isso repercutiria muito mal na comunidade. O Conselheiro Zeno, pensando na objetividade da reunião colocou-se a favor do treinamento de novos membros para compor a equipe de visitas às Prefeituras e Câmaras, e contrário ao envio de documento abaixo-assinado, justificando que, isso acarretaria mais trabalho burocrático às Sec.Executiva, sem falar na questão política, avaliando que às vezes uma determinada assinatura, poderia gerar um problema ao invés de resultado positivo. Lembrou que a limitação física dos conselheiros se ampliaria em função do período de férias, acúmulo de atividades conseqüentes do final do ano, e pelo período de recesso das Câmaras Municipais. Zeno demonstrou sua preocupação quanto ao número de prefeituras e câmaras que deveriam ser contatadas para busca de apoio ao Comitê. Concluindo a questão das propostas apresentadas, o Presidente considerou as colocações de Zeno, Cânepa e Vera procedentes e constatou que além das dificuldades apontadas, devido ao curto período que restava em 93, o convênio com a SPO não tinha sido firmado e lançou o assunto aos conselheiros que manifestassem alternativas para que a direção pudesse agilizar o convênio. A Secretária Executiva colocou a situação atual do processo dizendo que não havia recebido retorno do Departamento Jurídico da SPO,

desde a entrega do termo de convênio elaborada pelo Comitê e UNISINOS, e via que a posição do Comitê deveria ter caráter incisivo. Zeno ao posicionar-se sobre a solicitação do Presidente disse que não desejava desanimar o Conselho Diretor quanto a possível não assinatura do convênio entre a SPO e UNISINOS, visto a aproximação do recesso de final de ano; a sobrecarga de trabalho na área jurídica do Estado dedicada à prestar informações às CPIs que estavam envolvendo o governo, e que neste momento estavam sendo priorizadas. Mas alertou o Conselho para que não houvesse surpresa em não ter o convênio assinado nem os recursos nele orçados. Viviane manifestou-se dizendo que talvez o Secretário Executivo do CRH-RS poderia fazer algo, mas não tinha certeza se valeria a pena, um esforço maior, daquele que já fora dispensado tanto pelo Comitê como pela UNISINOS. Para Viviane, o Comitê já estava adquirindo experiência em não liberação de recursos do Estado, quando no ano passado a FEPAM deixara o processo entrar em exercício findo, não havendo liberação de recursos já orçados.

Diante da pouca perspectiva de assinatura de convênio, o Presidente questionou se o Conselho Diretor considerava válido um novo esforço de pessoas na busca de concretização do convênio. A manifestação do C.D. foi unânime e favorável a retomada de contato com o CRH-RS e com a SPO, sendo que Cãnepa, esclareceu que o esforço para conseguir a assinatura do convênio junto ao Governo do Estado não requereria esforço do grupo e sugeriu um telefonema da Presidência do Comitê para o Seco Jorge Debiagi, solicitando providências ou uma audiência para tratar do convênio. Assim decidido, o Presidente deu por encerrada a reunião convidando o C.D. para participar da 2ª reunião extraordinária à realizar-se dia 25 próximo, e comunicou a data de 17/11 para a reunião da Comissão Técnica. Antes da saída dos presentes, o representante do SENAI, entregou ao C.D. exemplares do boletim do couro nº 04, ABQTIC, o qual trazia a programação do XXII Congresso da IULTCS, a realizar-se dias 16-20/novembro/93, em Porto Alegre. E não havendo nada mais a constar, lavrei a presente ata que será assinada pelo Presidente, e por mim, depois de lida e aprovada.

são Leopoldo, 25 de novembro de 1993.

VII ~BINGER  
se~:::r::~ Executiva

~.

CLAUdIO COELHd MARQUES  
Presidente do COMITESINOS.